

FRANCISCO DIRCEU BARROS

TRATADO DO HOMICÍDIO

O MELHOR DA DOCTRINA,
ASPECTOS PRÁTICOS, CASOS
CRIMINAIS SUPERINTERESSANTES,
CONTROVÉRSIAS DOCTRINÁRIAS E
JULGADOS HISTÓRICOS DO STF E STJ

Área específica

DIREITO PENAL

Áreas afins

DIREITO PENAL

Público-alvo/consumidores

Advogados, Membros do Poder Judiciário (Juizes, desembargadores e ministros), membros do Ministério Público (Promotores e Procuradores) e delegados da Polícia Civil e Federal

Francisco Dirceu Barros

TRATADO DO HOMICÍDIO

- O melhor da doutrina, aspectos práticos, casos criminais superinteressantes, controvérsias doutrinárias e julgados históricos do STF e STJ

FORUM

O *Tratado do homicídio* é o fruto de 20 anos de intensas pesquisas nas quais trabalhamos dias, noites, finais de semana e feriados, com o precípua desejo de *concluir uma obra que fosse capaz de colacionar em um só local o melhor da doutrina nacional e estrangeira.*

Resgatamos julgados históricos sobre o tema homicídio, antigos mas atualizados. Contextualizamos em um só local as melhores posições doutrinárias, cujo escopo é fazer com que o leitor, ao ler este livro, possa ter contato direto com mais de 100 livros referentes ao tema “homicídio”, e conhecer o pensamento dos melhores doutrinadores nacionais e estrangeiros.

Enfrentei as principais divergências doutrinárias do tema homicídio, colacionei as mais diversas opiniões e comentei mais de 1.000 casos práticos oriundos do contexto prático forense nos últimos 20 anos atuando como promotor de justiça criminal.

FORMATO: 17 X 24 cm

CÓDIGO: 10001788

B277t Barros, Francisco Dirceu

Tratado do homicídio: o melhor da doutrina, aspectos práticos, casos criminais superinteressantes, controvérsias doutrinárias e julgados históricos do STF e STJ / Francisco Dirceu Barros.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

523p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-65-5518-023-7

1. Direito Penal. I. Título.

CDD: 341.5

CDU: 343.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BARROS, Francisco Dirceu. *Tratado do homicídio: o melhor da doutrina, aspectos práticos, casos criminais superinteressantes, controvérsias doutrinárias e julgados históricos do STF e STJ*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 523 p. ISBN 978-65-5518-023-7.

FRANCISCO DIRCEU BARROS

Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco. Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, Região Nordeste. Vice-presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC). Coordenador do Grupo Nacional de Apoio às Coordenadorias Eleitorais. Promotor de Justiça Criminal e Eleitoral durante 17 anos. Possui 20 anos consecutivos de prática criminal e eleitoral (03 como advogado e 17 como promotor de justiça). Mestre em Direito. Ex-Professor universitário. Ex-Professor da EJE (Escola Judiciária Eleitoral) no curso de pós-graduação em Direito Eleitoral. Professor do curso de pós-graduação em Processo Penal no CERS, com vasta experiência em cursos preparatórios aos concursos do Ministério Público e Magistratura, lecionando as disciplinas de Direito Eleitoral, Direito Penal, Processo Penal, Legislação Especial e Direito Constitucional. Ex-Colunista da *Revista Prática Consulex*, seção “Casos Práticos”. Membro do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público (CNPG). Colaborador da *Revista Jurídica Jus Navigandi*. Colaborador da *Revista Jurídica Jus Brasil*. Colaborador da *Revista Síntese de Penal e Processo Penal*. Colaborador do blog *Gen Jurídico*. Colaborador do blog *Eleitoralistas*. Colaborador do blog *Novo Direito Eleitoral*. Autor de diversos artigos em revistas especializadas. Escritor com 74 (setenta e quatro) livros lançados, entre eles: *Direito Eleitoral* (14. ed., Método); *Tratado Doutrinário de Direito Penal* (JH Mizuno), prefácios: Fernando da Costa Tourinho Filho, José Henrique Pierangeli, Rogério Greco e Julio Fabbrini Mirabete; *Tratado Doutrinário de Processo Penal* (JH Mizuno), prefácios: Rogério Sanches e Gianpaolo Poggio Smanio; *Recursos Eleitorais* (2. ed., JH Mizuno); *Direito Eleitoral Criminal* (1. ed., Tomos I e II. Juruá); *Manual do Júri* (4. ed., JH Mizuno), prefácio: Edilson Mougenot Bonfim; *Manual de Prática Eleitoral* (4. ed.), prefácio: Humberto Jacques Medeiros; *Vice-Procurador-Geral Eleitoral* (JH Mizuno); *Tratado do Homicídio* (Fórum); *Tratado Doutrinário de Direito Penal*, volumes I, II e III (JH Mizuno. No prelo). Coautor e um dos coordenadores do livro *Acordo de Não Persecução Penal* (Juspodivm). Coautor dos livros: *Feminicídio* (JH Mizuno), *Teoria e Prática do Acordo de Não Persecução Penal* (JH Mizuno) e *(In)Fidelidade Partidária* (JH Mizuno). Professor do primeiro curso de Prática Eleitoral do Brasil no www.iajuf.com.br. **Autor do maior estudo de direito penal consensual já realizado no Brasil, o livro: *Acordos Criminais*, (JH Mizuno).**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
CONCEITO E QUALIFICADORAS.....	17
1.1 Conceito	17
1.2 Bem jurídico e fundamento constitucional	19
1.3 Análise didática do tipo penal	19
1.3.1 Tipos de homicídio	19
1.3.2 Qualificadoras do homicídio	19
CAPÍTULO 2	
HOMICÍDIO PRIVILEGIADO	69
2.1 Quando o homicídio é privilegiado	69
2.1.1 Motivo de relevante valor social	69
2.1.2 Motivo de relevante valor moral.....	70
2.1.3 O domínio da violenta emoção (também denominada homicídio emocional)	73
2.1.4 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio privilegiado	82
CAPÍTULO 3	
HOMICÍDIO CULPOSO	85
3.1 Do crime culposos.....	85
3.1.1 Da compensação de negligências.....	85
3.1.2 Elementos do fato típico culposos.....	86
3.1.3 As espécies de culpa	86
3.1.4 Da excepcionalidade do crime culposos	88
3.1.5 Previsibilidade do resultado.....	88
3.1.6 Conexão interna entre desvalor da ação e desvalor do resultado.....	89
3.1.7 Tipicidade nos delitos culposos	90
3.1.8 O princípio da confiança e o tipo de injusto de ação culposa.....	91
3.1.9 Princípio da confiança e crimes de trânsito.....	91
3.1.10 O princípio da confiança <i>versus</i> o abuso da situação de confiança.....	91
3.1.11 O crime culposos e o princípio do risco tolerado.....	91
3.1.12 O homicídio culposos.....	92
3.1.13 O homicídio culposos majorado	93
3.1.14 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio culposos	100
CAPÍTULO 4	
HOMICÍDIO COM DOLO EVENTUAL.....	111
4.1 Conceito de dolo eventual	111
4.2 Dolo eventual e culpa consciente	111
4.3 As circunstâncias fáticas objetivas que denotam o reconhecimento do dolo direto ou eventual.....	112
4.4 A viabilização da incidência paralela do delito de homicídio com dolo eventual por parte de condutores de veículos alcoolizados ou sob efeito de drogas	114
4.5 Dolo eventual e o meio cruel.....	115
4.6 O dolo eventual com as circunstâncias qualificadoras previstas no inc. IV do §2º do art. 121 do Código Penal.....	116
4.7 O dolo eventual e o <i>aberratio ictus</i>	116
4.8 Questões práticas sobre o tema: dolo e culpa	117
4.9 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio com dolo eventual	118
CAPÍTULO 5	
HOMICÍDIO SIMPLES.....	123
5.1 O homicídio simples	123
5.1.1 Uma impossibilidade prática	123
5.1.2 O homicídio preterdoloso.....	124
5.1.3 O homicídio culposos e o perdão judicial	124
5.1.4 Natureza jurídica da sentença que concede o perdão	124
5.1.5 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio simples	126
CAPÍTULO 6	
HOMICÍDIO CONDICIONADO	129
6.1 O homicídio condicionado.....	129
6.1.1 Consequências diretas do homicídio hediondo.....	130

CAPÍTULO 7	
HOMICÍDIO HÍBRIDO	139
7.1 O homicídio híbrido	139
7.1.1 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio híbrido.....	140
CAPÍTULO 8	
DISPOSIÇÕES GERAIS DO HOMICÍDIO (HOMICÍDIOS ESPECIAIS. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO PENAL. OBJETO JURÍDICO. SUJEITO ATIVO. SUJEITO PASSIVO. AÇÃO PENAL. O PROCEDIMENTO. DAS PENAS. CONSUMAÇÃO. TENTATIVA. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DO TIPO PENAL)	
8.1 Homicídios especiais	145
8.1.1 Elemento subjetivo do tipo penal	145
8.1.2 Objeto jurídico	146
8.1.3 Sujeito ativo.....	147
8.1.4 Sujeito passivo	147
8.1.5 Ação penal.....	149
8.1.6 O procedimento.....	149
8.1.7 As penas.....	150
8.1.8 Consumação.....	151
8.1.9 Tentativa	151
8.1.10 Classificação doutrinária do tipo penal	152
8.1.11 Questões importantes retiradas do contexto forense prático sobre o delito de homicídio.....	152
CAPÍTULO 9	
HOMICÍDIO E CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	155
9.1 Do conflito aparente de normas.....	155
9.2 Princípio da especialidade	156
9.3 Princípio da subsidiariedade.....	157
9.4 Princípio da consunção	157
9.4.1 Hipóteses em que se aplica o princípio da consunção	159
9.5 Princípio da alternatividade	162
9.6 A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e conflito aparente de normas...	163
CAPÍTULO 10	
HOMICÍDIO E TENTATIVA	165
10.1 Conceito de tentativa	165
10.2 Natureza jurídica.....	165
10.3 Elemento subjetivo da tentativa.....	165
10.4 Elementos da tentativa	166
10.5 Fundamento da punibilidade da tentativa.....	166
10.6 Tentativa perfeita e imperfeita	167
10.7 A penalidade na tentativa	168
10.8 Dolo e culpa na tentativa.....	168
10.9 A tentativa com dolo eventual	169
10.10 Infrações penais que não admitem tentativa.....	171
10.11 A tentativa nos diversos delitos	172
10.11.1 Tentativa nos tipos comissivos por omissão	172
10.12 Tentativa em tipo permanente.....	173
10.13 Tentativa nos tipos de perigo.....	174
10.14 Tentativa nos tipos de omissão pura	174
10.15 Tentativa no tipo continuado.....	174
10.16 Tentativa no tipo habitual	175
10.17 Homicídio consumado e subtração patrimonial consumada.....	176
10.18 Homicídio tentado e subtração patrimonial tentada	176
10.19 Tentativa de homicídio e subtração patrimonial consumada.....	176
10.20 Homicídio consumado e subtração patrimonial tentada	176
10.21 A visão do STF e STJ sobre tentada	177
CAPÍTULO 11	
HOMICÍDIO: DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	179
11.1 Desistência voluntária	179
11.2 A questão da desistência momentânea.....	180
11.3 Arrependimento eficaz	181
11.4 A natureza jurídica do arrependimento e da desistência voluntária	183
11.5 Diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz	183
11.6 A desistência do inimputável.....	183

11.7	Do arrependimento posterior.....	188
11.8	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio: desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	188
CAPÍTULO 12		
HOMICÍDIO E CRIME IMPOSSÍVEL		191
12.1	Do crime impossível	191
12.1.1	Medida de segurança e o crime impossível	194
12.1.2	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e crime impossível.....	196
CAPÍTULO 13		
HOMICÍDIO E ERRO DE TIPO.....		197
13.1	Do erro de tipo.....	197
13.1.1	Noções didáticas	197
13.1.2	O erro de tipo e sua natureza	197
13.1.3	A incidência do erro de tipo	198
13.1.3.1	As formas do erro de tipo	198
13.1.4	Os efeitos do erro de tipo	199
13.1.5	Descriminantes putativas (também chamadas erro permissivo).....	200
13.1.6	Divisão das discriminações putativas.....	201
13.1.7	Erro provocado por terceiro	202
13.1.8	Posição do terceiro provocador.....	203
13.1.9	Erro acidental.....	203
13.1.10	Erro sobre a ilicitude do fato (o erro de proibição)	205
13.1.11	Formas do erro de proibição.....	206
13.1.12	As consequências do erro de proibição.....	207
13.1.13	Erro de tipo e erro de proibição	208
13.1.14	Espécies de erro de proibição	208
13.1.14.1	Erro de proibição direto	208
13.1.14.2	Erro de proibição indireto.....	209
13.1.14.3	Erro de mandamento ou mandamental.....	210
13.1.15	Descriminantes putativas.....	212
13.1.16	A natureza jurídica das discriminações putativas: erro de tipo ou erro de proibição?.....	213
13.1.17	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e erro de tipo	214
CAPÍTULO 14		
HOMICÍDIO E EXCLUSÃO DE ILICITUDE		217
14.1	Da exclusão de ilicitude	217
14.1.1	Estrito cumprimento do dever legal.....	217
14.1.2	Exercício regular de direito.....	219
14.1.3	Diferenças entre estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.....	220
14.1.4	A conjunção carnal como exercício regular de direito.....	221
14.1.5	Do consentimento da vítima	221
14.1.6	Requisitos do consentimento como causa de justificação da conduta	222
14.1.7	Excesso nas excludentes da ilicitude.....	222
14.1.8	Do estado de necessidade	224
14.1.9	Caracterização do estado de necessidade.....	224
14.1.10	Requisitos do estado de necessidade	225
14.1.11	Teorias do estado de necessidade	228
14.1.11.1	A teoria unitária	228
14.1.11.2	A teoria diferenciadora.....	228
14.1.12	Da legítima defesa.....	230
14.1.13	Excludentes de criminalidade ou ilicitude	230
14.1.14	A legítima defesa na doutrina	230
14.1.15	Questões práticas sobre os temas.....	239
14.1.16	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e exclusão de ilicitude.....	243
CAPÍTULO 15		
HOMICÍDIO E IMPUTABILIDADE		251
15.1	Imputabilidade <i>versus</i> a culpabilidade.....	251
15.1.1	Imputabilidade <i>versus</i> imputação objetiva	251
15.1.2	As causas de exclusão da imputabilidade.....	251
15.1.3	As formas de embriaguez	254
15.1.4	Inimputabilidade por intoxicação oriunda de substância entorpecente.....	258

15.1.5	Semi-imputabilidade penal	259
15.1.6	Semi-imputabilidade por embriaguez acidental incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior	260
15.1.7	Semi-imputabilidade na Lei Antidrogas.....	260
15.1.8	Os surdos-mudos	261
15.1.9	Da inimputabilidade penal absoluta.....	261
15.1.9.1	Principais sistemas para definição da capacidade penal.....	261
15.1.9.2	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico.....	262
15.1.9.3	O sistema adotado para o menor de 18 anos	262
15.1.9.4	A menoridade <i>versus</i> a cláusula pétrea.....	263
15.1.10	Ato infracional cometido por adolescente	264
15.1.10.1	Ato infracional cometido por criança	265
15.1.11	Questões práticas sobre o tema	265
15.1.12	Segunda causa que exclui a culpabilidade: o erro de proibição.....	269
15.1.13	Terceira causa que exclui a culpabilidade: inexigibilidade de conduta diversa	270
15.1.13.1	Causas que excluem a exigibilidade de conduta diversa.....	270
15.1.14	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e imputabilidade.....	270

CAPÍTULO 16

HOMICÍDIO E EXCULPANTES

16.1	Das exculpantes legais.....	277
16.1.1	Primeira exculpante legal: a coação moral irresistível.....	277
16.1.2	Modalidades de coação moral e suas soluções jurídicas.....	277
16.1.3	Espécies de coação moral irresistível	278
16.1.4	A coação moral irresistível e a autoria mediata.....	278
16.1.5	Segunda exculpante legal: a obediência hierárquica	280
16.1.5.1	Conceito e espécies de ordem superior.....	280
16.1.5.2	Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar	282
16.1.6	A exculpante supralegal: inexigibilidade de conduta diversa	282
16.1.6.1	Hipóteses de causas supraleais de exclusão da culpabilidade.....	285
16.1.6.2	Legítima defesa futura e objetivamente certa	286
16.1.7	Causas que não excluem a culpabilidade.....	286
16.1.8	A culpabilidade e a teoria <i>versari in re illicita</i>	289

CAPÍTULO 17

HOMICÍDIO E CONCURSO DE PESSOAS

17.1	Noções práticas.....	291
17.1.1	Tipos de concursos.....	292
17.1.2	Requisitos do concurso de agentes.....	295
17.1.3	Da autoria.....	298
17.1.3.1	Teorias usadas para definir a autoria	298
17.1.3.2	As espécies de autoria	299
17.1.3.2.1	Primeira espécie: autoria una	299
17.1.3.2.2	Segunda espécie: autoria plural	299
17.1.3.2.3	Terceira espécie: autoria pessoal ou imediata.....	299
17.1.3.2.4	Quarta espécie: autoria pessoal indireta.....	299
17.1.3.2.5	Quinta espécie: autoria mediata ou de instrumento humano	300
17.1.3.2.6	Casos que admitem autoria mediata.....	300
17.1.3.2.7	Como será a punição na autoria mediata	301
17.1.3.2.8	Autoria mediata em crimes de mão própria e a posição da doutrina e do STJ.....	303
17.1.3.2.9	Autoria mediata em crimes próprios.....	303
17.1.3.2.10	Casos que não admitem autoria mediata	304
17.1.3.2.11	Sexta espécie: autoria colateral ou imprópria	305
17.1.3.2.12	Sétima espécie: autoria incerta	308
17.1.3.2.13	A autoria incerta nos crimes culposos	308
17.1.4	Oitava espécie: autoria sucessiva heterogênea	309
17.1.5	Nona espécie: autoria sucessiva homogênea	309
17.1.6	Décima espécie: autoria de escritório.....	309
17.1.7	Autoria ignorada	310
17.1.8	Autor de determinação.....	311
17.1.9	Coautoria	311

17.1.10	Coautoria sucessiva	312
17.1.10.1	A forma de punição na coautoria sucessiva	313
17.1.11	Participação	315
17.1.11.1	O momento da participação	315
17.1.11.2	Tipos de participação	315
17.1.11.3	Teorias sobre a participação	316
17.1.12	A omissão e o concurso de crimes	318
17.1.12.1	Participação em crime omissivo	318
17.1.12.2	Participação omissiva	318
17.1.13	Casos criminais superinteressantes	319
17.1.14	O tipo penal e a quantidade de sujeitos ativos	322
17.1.15	A participação na tentativa, na desistência voluntária e no arrependimento eficaz	323
17.1.16	As soluções do arrependimento e da desistência voluntária no concurso de pessoas	323
17.1.17	Punição no concurso de pessoas	323
17.1.18	<i>Pactum sceleris</i>	327
17.1.18.1	A adesão tácita	327
17.1.19	A teoria do domínio de fato	328
17.1.19.1	Espécies de autoria, segundo a teoria do domínio do fato	328
17.1.19.2	Extensão da teoria do domínio do fato	328
17.1.19.3	O critério do domínio do fato como indicador da autoria	329
17.1.19.4	Código Penal brasileiro e a teoria do domínio do fato	329
17.1.19.5	A teoria do domínio do fato e os crimes omissivos	330
17.1.20	Questões práticas sobre o concurso de pessoas	333
17.1.21	Das circunstâncias incommunicáveis	335
17.1.21.1	Classificação das circunstâncias	335
17.1.21.2	Regras da comunicação	335
17.1.21.3	Regras da não comunicação	336
17.1.21.4	Resumo para você entender melhor	336
17.1.22	Casos de impunibilidade	337

CAPÍTULO 18

HOMICÍDIO E A APLICAÇÃO DA PENA.....357

18.1	Da aplicação da pena	357
18.1.1	Aplicação das circunstâncias judiciais (1ª fase)	357
18.1.2	Aplicação das causas de aumento e de diminuição de pena (3ª fase)	363
18.1.2.1	Cálculo da pena	363
18.1.3	Outras providências na fixação da pena	366
18.1.3.1	Destaque da reforma processual penal: a fixação de indenização para vítima	368
18.1.4	Aplicação da pena em concurso de crimes	368
18.1.5	Critérios especiais da pena de multa	370
18.1.6	A multa substitutiva	371
18.1.7	Das circunstâncias agravantes	372
18.1.7.1	Diferença entre traição, emboscada, dissimulação	373
18.1.7.2	As agravantes no caso de concurso de pessoas	377
18.1.7.3	A pena será ainda agravada em relação ao agente	377
18.1.8	Da reincidência	378
18.1.8.1	Espécies de reincidência	379
18.1.8.2	A constitucionalidade da reincidência	379
18.1.8.3	Outros efeitos da reincidência	382
18.1.8.4	A razão de não serem considerados, para efeito de reincidência, os crimes militares próprios e os políticos	383
18.1.8.5	Outras hipóteses que não geram reincidência	384
18.1.8.6	A eficácia da reincidência	386
18.1.9	Das circunstâncias atenuantes	389
18.1.9.1	Conceito de atenuantes	389
18.1.9.2	Das circunstâncias atenuantes inominadas	392
18.1.9.3	Concurso de agravantes e atenuantes	394
18.1.9.4	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e a aplicação da pena	397

CAPÍTULO 19

HOMICÍDIO E CONCURSO DE CRIMES.....415

19.1	Do concurso de crimes	415
19.1.1	Espécies de concursos	415
19.1.2	Sistemas de cálculo de pena no concurso de crimes	415
19.1.3	Do concurso material	415

19.1.3.1	O sistema de punição no concurso material	416
19.1.3.2	Questões práticas sobre o tema	416
19.1.4	Do concurso formal.....	417
19.1.5	Do crime continuado	421
19.1.5.1	Outras situações semelhantes.....	421
19.1.5.2	Espaço mínimo exigido para configuração do crime continuado.....	421
19.1.5.3	Tempo mínimo exigido para configuração do crime continuado.....	421
19.1.5.4	Os requisitos do crime continuado.....	422
19.1.5.5	Crimes da mesma espécie	422
19.1.5.6	A natureza jurídica do crime continuado.....	423
19.1.5.7	As espécies de crime continuado	424
19.1.5.8	As teorias do conceito de crime continuado	424
19.1.5.9	Crime continuado especial	425
19.1.6	Crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaçada à pessoa e a posição do STF	426
19.1.7	O concurso de crimes e o Juizado Especial	426
19.1.8	Multas no concurso de crimes.....	432
19.1.9	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, sobre crime continuado (Boletim nº 20 do STJ).....	435
19.1.10	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 20 do STJ ...	436
19.1.11	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e concurso de crimes	438
CAPÍTULO 20		
HOMICÍDIO: <i>ABERRATIO ICTUS</i> E <i>ABERRATIO DELICTI</i>		453
20.1	O erro na execução (<i>aberratio ictus</i> , desvio de golpe ou aberração no ataque).....	453
20.1.1	Exemplos práticos sobre a desconsideração das condições e qualidades da vítima efetiva	453
20.1.2	Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	456
20.1.3	Questões práticas sobre a matéria	456
20.1.4	Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	457
20.1.4.1	Diferença entre <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio delicti</i>	457
20.1.5	A jurisprudência do STF e do STJ e o <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio delicti</i>	460
CAPÍTULO 21		
PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS		463
21.1	Principais divergências na jurisprudência	463
CAPÍTULO 22		
HOMICÍDIO EM CASOS PRÁTICOS		473
22.1	Casos práticos de homicídio.....	473
CAPÍTULO 23		
O LIMITE DAS PENAS		485
23.1	O limite das penas.....	485
23.2	Limite das penas e a Lei de Crimes Hediondos	487
23.3	A execução das penas no concurso de infrações	487
23.4	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e o limite das penas	487
CAPÍTULO 24		
HOMICÍDIO E COMPETÊNCIA		493
24.1	Homicídio e competência.....	493
24.1.1	Competência do Juízo singular	493
24.1.2	Competência do Júri Estadual.....	493
24.1.3	Competência do Júri Federal.....	493
24.1.4	Prevalência do foro por prerrogativa de função da CF sobre o Tribunal do Júri ...	495
24.1.5	Prevalência do Tribunal do Júri sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido na Constituição estadual	495
24.1.6	Competência quando há envolvimento de corréus em crime doloso contra a vida, havendo em relação a um deles a prerrogativa de foro.....	496
24.1.7	Competência: local da agressão e não da consumação – exceção à regra <i>ratione loci</i>	497
24.1.8	Processados em autos distintos, inicialmente unificados, e a possibilidade de os réus serem julgados na mesma sessão do Júri	497
24.1.9	Competência em crime doloso contra a vida praticado por vereador	497
24.1.10	Homicídio e a relativização da regra <i>ratione loci</i>	498
24.1.11	A competência para o processo e julgamento do latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri	499
24.1.12	Efeito da condenação das sentenças do Tribunal do Júri.....	500

24.1.13	A jurisprudência do STF e do STJ e o homicídio e os aspectos processuais	500
CAPÍTULO 25		
	CASOS CRIMINAIS SUPERINTERESSANTES	511
25.1	Casos criminais superinteressantes.....	511
	REFERÊNCIAS.....	521